

Alerta Vigilante

Boletim do Sector da Vigilância do PCP

CORAGEM DE CUMPRIR O 25 DE ABRIL RESOLVER OS PROBLEMAS DOS TRABALHADORES

Desta vez o povo português é confrontado com um governo que é uma autêntica comissão de gestão dos grandes interesses económicos, das multinacionais. O governo caiu, mas não foram resolvidos os crimes de quem tem andado a vender o país a retalho. Não é só o PSD e o CDS. O Chega e IL reclamam um ainda maior saque aos recursos públicos. O PS tudo fez para manter este governo e esta política.

A instabilidade política não pode ser confundida com a instabilidade da vida de quem trabalha.

- Na **habitação**, viemos hoje uma das piores crises dos últimos anos. A especulação imobiliária, de mãos dadas com os baixos salários, impossibilitam uma fatia muito significativa da população de viver dignamente. Muitas famílias são obrigadas a escolher, mensalmente, entre a renda e a alimentação ou outros bens essenciais. O mesmo acontece a muitos reformados e pensionistas, (isto quando não são despejados das casas onde sempre viveram para viverem na rua ou em barracas que constroem).
- Na **saúde** há cada vez menos financiamento para o SNS público



- e mais para os privados. Os trabalhadores do SNS confrontam-se com baixos salários, condições materiais e laborais precárias e horários extremamente desregulados. Enquanto isso, o império dos grupos de saúde privados vai crescendo e crescendo assente na deterioração do SNS.
- O mesmo acontece na **escola pública**, com a falta de financiamento crónica. Professores e funcionários da escola pública não veem as suas carreiras valorizadas, muitas das quais congeladas há 10, 15, 20 anos. Há frio e chuva dentro das salas de aula, não existem condições minimamente dignas para os alunos.

- No **Trabalho** os patrões sentem-se com mais força com o governos do PSD/CDS, e aumenta a exploração: os salários baixos, os horários desregulados, as condições materiais degradadas, a exploração descarada e “legalizada” dos trabalhadores, (com contratos através de empresas de prestação de serviços), as ilegalidades laborais cometidas por parte do patronato.
- Levar a luta até ao voto, é votar na CDU, força revolucionária e progressista que sempre esteve, está e estará ao lado dos trabalhadores e do povo, nas suas lutas por condições de vida mais justas e dignas.

O VOTO DE ESQUERDA É NA CDU

Vigilantes da CML

Transmissão de estabelecimento um novo ciclo de injustiça e ilegalidade

Os vigilantes da Câmara Municipal de Lisboa CML, que foram transmitidos da powershield para a PSG, só receberem 2/12 do subsídio de natal. Quem é responsável? O PCP agiu de imediato na denúncia, na reunião de câmara, por voz do vereador João Ferreira, dia 18 de Dezembro. **No final do contacto com os vigilantes ficou claro que a dimensão dos problemas é bem maior.** Muitos vigilantes têm férias por gozar e o subsídio de férias não foi pago na totalidade, pela powershield. Mas também há dinheiro a receber ainda da Ronsecur. Este é um problema de todo o sector da vigilância. As empresas agarram-se às leis laborais que lhes dão mais jeito no momento.

A Ministra do trabalho ainda veio agravar tudo, para resolver o seu problema específico da transmissão dos trabalhadores do seu ministério (ver em RTP - Notícias Subsídio de Natal pago à segurança externa foi "circunscrito").

Que o Código geral de trabalho é pior que o anterior, já sabíamos, que não é cumprido pelos patrões, também já sabíamos, que a ministra do trabalho se pode dar ao



João Ferreira Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, na concentração do STAD em frente a Câmara Municipal, no dia 15 de Abril de 2025

luxo de não o aplicar,

Este entra e sai das empresas de vigilância só convém a quem não quer respeitar os direitos dos trabalhadores, pois facilita que não se saiba ao certo quem é responsável do quê. Por que é que a CML não contrata diretamente os vigilantes?

Empresas de formação para vigilantes

Uma negociata que vai de "vento em popa"

O crescimento de empresas de segurança privada em Portugal, revela ser uma atividade lucrativa;

Registadas 83 empresas habilitadas a prestar serviço de segurança privada e detentoras de 127 alvarás (dados RASP 2020)

No seguimento deste crescimento, houve necessidade de regulamentar o sector com a alteração da lei da segurança privada (lei 34/2013, 16 de maio e pela portaria nº 148/2014, 18 de julho), foi introduzida a obrigatoriedade de formação inicial. Com a alteração da lei ficou aberta uma janela de oportunidade a uma nova atividade lucrativa, "**Empresas de formação para Vigilantes**"; 37 entidades formadoras, com 471 espaços em território nacional;

Cerca de 60223 profissionais;

Atividade com obrigatoriedade de certificação a cada 5 anos;

A formação inicial base é Vigilante, não sendo suficiente para exercer funções em alguns locais, tais como: Salas de espetáculos, recintos desportivos, aeroportos, portos marítimos, transporte de valores, entre outros, obrigando o Vigilante a fazer módulos específicos para aquisição de um cartão que o habilita a exercer funções nestes locais; As empresas só admitem candidatos com cartão válido, não havendo necessidade de investimento na formação dos trabalhadores; Os interessados em exercer a atividade são obrigados a investir na formação pessoal para aquisição do

cartão de vigilante, não havendo qualquer garantia de trabalho, após concluída a formação;

Simpaticamente algumas empresas de formação fazem desconto se o formando optar por um 'pacote' Vigilante + ARD ou Vigilante + ARE, entre outros;

Na admissão, a lei obriga ao seguinte: atestado médico, atestado psicológico, escolaridade obrigatória, registo criminal sem antecedentes, falar e escrever correctamente o português, concluir com aproveitamento as provas teóricas e práticas da formação;

A falta de rigor nestes requisitos, leva a um défice de conhecimento, comprometendo o exercício da actividade.

Esegur - Transportes e Operadores de valores

Exige-se tempo para viver

Na Esegur, os trabalhadores do transporte de valores, são confrontados com vários dos

problemas, a carga horária é problemas mais sentido:

- Excesso de horas de trabalho, circuitos com 9h e mais.
- O domingo que devia ser considerado deveria ser considerado, como feriado, remunerado de forma.
- Acabaram com o feriado compensatório que era gerado ao trabalhar 4 feriados.
- Má alimentação devido a restrições

por falta de pontos seguros para almoçar, maior parte das vezes temos de comer dentro das viaturas.

Os trabalhadores sabem que quanto mais horas passam a trabalhar, menos tempo passamos com as suas famílias.

Cada vez mais sentem, que o tempo que perdem com as suas famílias nunca será reposto.

Por outro lado, é o desgaste e o risco, provocado pela profissão:

- Trabalho cada vez mais pesado, circuitos carregados com moeda metálica estão cada vez piores.

- O ‘Stress’, que é característico da profissão.

- O desgaste da visão devido aos vidros blindados.

Estes problemas deviam ser considerados ao nível da contratação coletiva de trabalho para equiparar a uma profissão de desgaste rápido, porque as condições que se trabalha, são degenerativas.

O PCP têm apresentado várias propostas de âmbito mais geral que ajudariam a solucionar alguns destes problemas. Poderás ler algumas destas na contra capa desta edição.

Vigilantes da CMP

Transmissões "um mar de problemas"

Devido aos sucessivos concursos e respetivas transmissões de estabelecimento nos serviços de vigilância privada na CM Porto, a vida e as condições de trabalho dos vigilantes que prestam serviço – alguns há mais de 20 anos para a CM Porto – têm piorado. Muitos trabalhadores ficaram com pagamentos em falta aquando da transmissão de estabelecimento da empresa Protecção Total para a Securitas (designadamente atualizações salariais conforme portaria de extensão, subsídio de férias, etc.), e agora este novo concurso encaminha novamente muitos trabalhadores para três empresas:

Práxis, Noite e Dia e, pasme-se, Protecção Total. É inaceitável que a CM Porto recorra a empresas subcontratadas para funções permanentes, bem como privilegie empresas que não têm a Contratação Coletiva.

O que somente serve aos trabalhadores é a internalização na CM Porto como o PCP e a CDU tem proposto e afirmado. **Perante a rejeição destas propostas, os trabalhadores não desistirão de lutar pelos seus direitos, pelo seu salário, pela estabilidade no trabalho na vida e sabem que podem contar com o PCP e a CDU.**

Vigilantes do Metro

2045 abusos sucessivos nas férias

No Metro, até dia ao 10 de Abril, não tinha sido entregue o mapa de marcação de férias, sendo que a data limite para a fixação do mapa de férias é dia 15 Abril.

Vejamos o que diz a lei:

1- O período de férias é marcado por acordo entre empregador e trabalhador.

2 - Na falta de acordo, o empregador marca as férias.

O período terá de ser entre 1 de maio e 31 de outubro.

Estes dois passos estão referidos no código geral de trabalho no artigo 241.º, nos pontos 1, 2 e 3. A lei é para

todos e é para cumprir.

A 2045 marca as férias e não ouve os trabalhadores, manda os trabalhadores irem de férias “quando quer e bem apetece”.

Existem vários trabalhadores com dias por gozar referente a anos anteriores.

Há vários postos em que aumenta a carga horária sempre que alguém vai de férias.

Este é um problema crónico da empresa 2045 e no caso específico do Metro, a causa é a falta de vigilantes.

Os trabalhadores precisam de construir um grande 1º de Maio

Dia 1 de maio comemoramos o dia do trabalhador, data que marca os direitos conquistados pelos trabalhadores. Esta luta é diária, continuamos a verificar constantemente a falta de condições de trabalho, as ilegalidades são escandalosas.

O dia do trabalhador foi celebrado mesmo durante o fascismo. **No dia 27 de abril de 1974 o 1.º de Maio foi decretado como feriado nacional, sendo esta a primeira conquista legal de Abril.**

O povo estará na rua, este ano novamente, para protestar, e reivindicar aquilo que têm direito, manifestando os valores de abril, da defesa por uma sociedade mais justa e solidária. Tendo como principal objectivo apresentar ao governo as necessidades com que os trabalhadores se confrontam actualmente em Portugal.

Aumento salarial para além do necessário é possível e precisamos de agir urgentemente para que tal mudança aconteça. Como? Mudar de políticas, levar a luta até ao voto, aumentar o número de deputados da CDU única força que não cede ao capital em circunstância nenhuma. Neste momento (e nos últimos anos) andamos a mercê de governos centrados em favorecer o patronato - grande capital. Governos de direita que tiram direitos ao trabalhador: marcações de férias unilaterais (decididas pela entidade patronal quando lhes convém impossibilitando férias em família), horários indefinidos, longos, normalização de fins de semana, passando a ser considerados como dias úteis e procuraram dividir os trabalhadores para assim poderem reinar! A luta do povo só é possível com o PCP mais forte, o partido de quem trabalha!



Consulta quem chumbou Projectos de lei do PCP

Quando vierem com a conversa de que é tudo igual, é bom saber quem chumbou alguns projectos de lei essenciais para a resolução de problemas centrais na vida de quem trabalha, consulta alguns dos projectos de leis apresentados pelo PCP,

Farto de trabalhar dias e noites e não ser valorizado?



Resumo da proposta do PCP para o regime laboral para trabalho nocturno ou por turnos

- | | |
|--|---|
| 1 - limitação do trabalho nocturno por turnos a situações excepcionais | 5- Direito à bonificação de 0,2% por cada ano em regime de turnos ou nocturno no cálculo da pensão de reforma; |
| 2 - Estabelecimento do um valor mínimo de subsídio de turno; | 6 - Direito passar para horário diurno, após 20 anos trabalho neste regime ou aos 55 anos, sem perda de direitos ou remunerações. |
| 3 - Retomar a fixação do horário nocturno entre as 20h e 7h; | |
| 4- Direito à antecipação na idade da reforma; | |

desde 2017 já fora rejeitados 2 projectos de lei e 2 propostas de alteração ao orçamento de estado

Aumento do Salário Mínimo Nacional para 1000 euros

Votos contra: PSD, IL e CDS
Abstenção: PS e Chega

Termina com isenções de IRC, tributando em Portugal os lucros realizados no país

votos contra do PS PSD, IL e Chega

Combater as «portas giratórias» entre cargos políticos e grupos económicos

Votos contra: PS, IL e CDS
Abstenção: PSD

Controlo e fixação de preços do gás de botija em 20 euros

Votos contra: PSD, IL, CDS, PS e Chega

Reposição da idade legal da reforma nos 65 anos

Votos contra: PSD, IL, CDS, PS

Criação de uma rede pública de creches

Votos contra: PSD, IL e CDS
Abstenção: PS e Chega